DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL

Nº PI-DBIA.01307-4/2022

PROCESSO: **DBIA.01754-0/2021**
VALIDADE: **08/04/2026**

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME

AGUAS DE TERESINA SANEAMENTO SPE SA

CPF/CNPJ

27.157.474/0001-06

EMPREENDIMENTO

NOME

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES ETE EDGAR GAYOSO

ATIVIDADES

ATIV.3675

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (INTERCEPTORES, TRONCOS COLETORES, TRATAMENTO, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, LINHAS DE RECALQUE E/OU EMISSÁRIOS - SES) (D3-001)

Características:

Vazão Máxima Prevista: 747,0 m³/dia

Município:

Teresina (PI)

Coordenadas Geográficas:

04°58'36.15"S / 42°50'17.56"O

DETALHAMENTO

CONDIÇÕES GERAIS

i. A DBIA aprova, concomitantemente, a localização, instalação e operação da atividade;
ii. Esta DBIA deverá ser publicada em jornal de circulação local e no Diário Oficial do Estado conforme Lei

Assinado eletronicamente por Felipe Gomes da Silva (Gerência de Licenciamento Ambiental) em 08/04/2022 às 13:56
[Qi9HybsF9684ngtpwusmnWXDV3qucnWv7l1KTxUE25gMvwTZPyYKojlRpSJX6VO3]

Emitido eletronicamente em 08/04/2022 13:56 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semar.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.16455-6/2022.829E.5CFE.2668]

N° 6.938/81, Art.10, §1° e Resolução CONAMA 06/86.

iii. Quando no empreendimento houver áreas de reserva legal, estas deverão, necessariamente, ser concentradas e, sempre que possível, contíguas às áreas de reserva legal dos empreendimentos vizinhos, existentes ou programados (aplicação do Art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.126/2003), assim como às áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 12.651/12), quando houver (aplicação do Art. 3º, do citado Decreto).
iv. O empreendedor e os profissionais que subscrevem o estudo ambiental e projetos técnicos, que subsidiaram esta Declaração são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. (Parágrafo único, Art. 11, Resolução CONAMA nº 237/97);
v. Em qualquer fase do empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.
vi. Qualquer alteração nas especificações das características da atividade/empreendimento deverá ser precedida de anuência da SEMAR.
vii. Apresentar cópia desta Declaração ao requerer sua renovação;
viii. Conforme inciso II, Art. 66 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de Julho de 2008, o não atendimento às condicionantes estabelecidas em Licença Ambiental ensejará na aplicação das sanções previstas no referido Decreto;
ix. Deverá ser mantida cópia desta Declaração no local da atividade/empreendimento;
x. Esta DBIA não autoriza a supressão de vegetação nativa nem intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), manejo de fauna, queima controlada ou outorga de recursos hídricos;
xi. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental;
xii. Fica o empreendedor ciente de que, constatando a prática de algo divergente às diretrizes e especificações técnicas fixadas nos projetos e estudos ambientais acostados ao presente processo de licenciamento ambiental, ou a não concretização de alguma delas, estará enquadrado na infração prevista no Inciso II, Art. 66, do Decreto Federal nº 6.514/08, o que pode ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste mesmo diploma legal;
xiii. O empreendedor deverá adotar todas as precauções necessárias a fim de se evitar danos ao meio ambiente;
xiv. O empreendedor deverá comunicar, formalmente, à SEMAR, sobre a ocorrência de acidentes com danos ambientais ou vítimas humanas durante a implantação da atividade/empreendimento;
xv. Deverá ser mantida cópia desta Declaração no local da atividade/empreendimento.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

DESCRIÇÃO	PRAZO / PERIODICIDADE	SITUAÇÃO
C1. Apresentar Projeto "As Built", acompanhado de ART	120 dias (06/08/2022)	Não Atendida
C2. Apresentar Plano de Monitoramento de Qualidade do Solo e das Águas Subterrânea, em nível executivo, contendo, dentre outros, os pontos de amostras, parâmetros a serem avaliados, periodicidade de análise.	60 dias (07/06/2022)	Não Atendida

Assinado eletronicamente por Felipe Gomes da Silva (Gerência de Licenciamento Ambiental) em 08/04/2022 às 13:56
[Qi9HybsF9684ngtpwusmnWXDV3qucnWv7l1KTxUE25gMvwTZPyYKojlRpSJX6VO3]

DESCRIÇÃO	PRAZO / PERIODICIDADE	SITUAÇÃO
C3. Apresentar Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP). obtido junto ao IBAMA	30 dias (08/05/2022)	Não Atendida
C4. Apresentar Registro de Imóvel	120 dias (06/08/2022)	Não Atendida

OBSERVAÇÕES

1 - Para o atendimento às condicionantes fixadas nesta DBIA, o interessado deverá observar com rigor, no que couber, os Pareceres Técnicos e Despachos exarados nos autos do processo nº DBIA.01754-0/2021

2 - Para elaboração do Plano de Monitoramento de Qualidade do Solo e das Águas Subterrânea, o interessado deverá se balizar, no que couber, nos ditames estabelecidos pelas Resoluções CONAMA nºs 420/2009 e 396/2008

3 - Após a apresentação do Plano de Monitoramento de Qualidade do Solo e das Águas Subterrânea, esta SEMAR fixará novas condicionantes referentes à apresentação de relatórios periódicos de monitoramento ambiental.

4 - Esta DBIA é resultante de um licenciamento ambiental corretivo, aplicando-se, por analogia, o que preconiza o art. 3º, §2º, da Lei Estadual nº 6.947/2017.

Teresina (PI), 08/04/2022

(assinado eletronicamente)
Felipe Gomes da Silva
Auditor Fiscal Ambiental
Gerência de Licenciamento Ambiental

Assinado eletronicamente por Felipe Gomes da Silva (Gerência de Licenciamento Ambiental) em 08/04/2022 às 13:56
[Qi9HybsF9684ngtpwusmnWXDV3qucnWv7l1KTxUE25gMvwTZPyYKojlRpSJX6VO3]